

Jacques Lacan: observações sobre seu conceito de passagem ao ato¹

Jacques-Alain Miller

Estou contente por estar em Bonneval², que ainda é habitada pela sombra de Henry Ey, onde talvez ressoe ainda um pouco do que foi o longo debate que se estabeleceu entre ele e Jacques Lacan. Talvez, inclusive, eles continuem assim, debatendo na eternidade. Esta era uma ideia de Sócrates sobre o modo como poderia se divertir após a morte. Sócrates acreditava na vida eterna da alma, e prometia passar todo o tempo a conversar com os grandes espíritos. Não estou certo de que esta era a ideia que Dr. Lacan poderia ter desse momento - não sei dizer sobre Henry Ey. Mas, efetivamente, para Sócrates, seu gozo era o de um homem integralmente ocupado com a dialética. Seu gozo era, em suma, ... o do blábláblá! É, ademais, o que impõe a questão de saber se, definitivamente, Sócrates não se suicidou... para fazer piada com seus juízes!

A passagem ao ato desvela a estrutura do ato

Esta não é uma introdução equivocada ao conceito de ato, como vimos inclusive nas apresentações precedentes. E tentarei apresentar brevemente algumas reflexões sobre o que Lacan acrescentou precisamente ao conceito de ato, que é um tema constante, recorrente em suas reflexões e em seu ensino. Talvez alguns de vocês saibam que ele dedicou o seminário de um ano letivo inteiro ao ato analítico³, na medida em que, segundo Lacan, ele esclarece o conceito de ato como tal.

Mas, de fato, ele deve esse conceito a outro: o tradicional conceito de passagem ao ato, sobre o qual ouvimos aqui uma problemática história contemporânea. E não

esqueçamos que Lacan, que citava Sócrates naquela época, era psiquiatra de formação. Sob o preçõ, certamente, de "despsiquiatrizar" esse conceito, ou apenas generalizá-lo e considerar que a passagem ao ato desvela a estrutura fundamental do ato.

A experiência analítica, é o que ele pensava, ensina que o pensamento está essencialmente sob impasse, que o recalque significa isto, e que o ato terá sempre que encontrar um passe para se cumprir. De tal forma que a mutação subjetiva destacada pelo clínico acerca da passagem ao ato - vimos algumas citações que confirmam isso no trabalho de Sauvagnat -, essa mutação subjetiva própria à passagem ao ato é, de certo modo, exemplar.

Isto requer, evidentemente, que se suspenda o primeiro movimento que se poderia ter de, se posso dizer, impedir a passagem ao ato. Impedi-la e também analisá-la...

A preocupação com o ato em Lacan também está no centro de um seminário de edição atual - A ética da psicanálise⁴ - na medida em que a ética não diz respeito inicialmente aos pensamentos, mas aos atos, ou seja, o que se faz, na medida em que é susceptível de julgamento. Nisto, a clínica tem algo a dizer, na medida em que sabemos bem sob que forma neurótica a questão ética pode vir ao pensamento. De tal modo que esse sujeito se mostra ocupado ou em suspenso quanto a certa avaliação do mérito de seus atos, do ato a cometer ou não, até à obsessão.

Segue-se um estilo de inibição, de procrastinação, de reação que é susceptível, sabemos, de romper-se bruscamente sob a forma da pressa, de uma precipitação para agir. Conhecemos clinicamente essa báscula da inibição e da procrastinação em pressa e em urgência que a clínica da neurose obsessiva nos mostra.

Talvez essa alusão seja suficiente para nos mostrar que, contrariamente ao que indicaria uma filosofia que

talvez vocês conheçam, há uma antinomia entre pensamento e ação.

O ideal e a ação calculada

É precisamente essa antinomia que confere a pregnância atual do ideal da conduta racional, que é especialmente valorizado em uma elaboração sempre mais aperfeiçoada da estratégia matemática, diferentemente derivada da teoria dos jogos.

O que há a dizer precisamente sobre o ato?

Hoje, especialmente, formamos o ideal de certo tipo de ato, que responderia sempre a uma deliberação científica - de tal modo que a ação seria absorvida pelo pensamento, desde que este fosse científico, matematizado, ou simplesmente racional.

E responderia ao ideal, eu diria, da ação calculada, que aparece definitivamente como a conclusão de um raciocínio, a conclusão de uma demonstração. Esse ideal supõe, evidentemente, que o pensamento funcione em uma suspensão temporal, e que, uma vez que tenhamos feito o cálculo necessário, o ato se seguirá como a conclusão de uma demonstração.

É aí que a clínica tem algo a dizer. Aí a clínica da passagem ao ato nos lembra a inscrição temporal inevitável do ato - especialmente sob a forma da urgência.

Definitivamente, com relação a esse ideal da ação calculada, que é tomado como matriz em relação à qual se mede a inadaptação do ato, e mesmo sua "imotivação", conforme exprime a psiquiatria, todas essas elaborações que situam a ação em continuidade com o pensamento têm uma condição prévia: é que o propósito do ato seja considerado estabelecido, que sua natureza seja sem equívoco e que possa entrar no cálculo como um de seus elementos.

E, sabemos o que são para o mundo em que vivemos esses cálculos que são feitos aqui, quer dizer, no hospital

psiquiátrico. E que, além disso, penetram cada vez mais um mundo que, em algumas épocas, se pensamos no lugar em que estamos, tinha alguns aspectos de vilarejo, não é?

Os cálculos da rentabilidade, tal como os vemos nos últimos cinco ou seis anos, mostram que essa filosofia acompanha sua concretização, isto é, um cálculo do que há a fazer, fundado sobre a maximização do bem e sobre a rentabilidade. Isto faz com que tenhamos apenas um modelo de ação que é o *manegement*, e que a psiquiatria progressivamente se organizou, tomada por uma vontade desse tipo, uma vontade *managementiana*, se posso dizer, pela qual se pode efetivamente cifrar as opções.

Então, essa condição prévia, o que é esse propósito da ação, o que deve ser o propósito da ação, quais são as suas consequências?

Essencialmente, o que tudo isso supõe, essa atenção que se recebe nesse campo *manegementiano*, é que o sujeito do pensamento - aquele que, por exemplo, vai agir e distribuir seus recursos - quer fundamentalmente o bem, ainda que seja o seu próprio bem, nos tempos atuais identificado ao útil. É com relação a isso que podemos dimensionar a adequação dos atos, e especialmente que aconteça que o sujeito - sim! - se prejudique.

Então, trata-se da exceção ou da regra do ato?

Segundo Lacan, a clínica do ato questiona esse postulado de que o sujeito do pensamento quer seu próprio bem, e depois da apresentação de D. Cremniter, eu não lhes surpreenderia se erguesse o ato suicida, rapidamente, diante desse ideal da conduta racional que inspira especialmente nosso mundo atual.

Se há verdadeiramente algo que se opõe a esse ideal, é a autodestruição... Mas entende-se que, evidentemente, a conduta racional, quanto melhor está, mais desemboca no mesmo resultado, e em uma escala ainda maior: já que estamos à altura, temos agora, por essa via racional

acumulada, meios de autodestruição que ultrapassam o indivíduo e se estendem à humanidade...

O ato visa o cerne do ser

Coloquemos diante de nós o ato suicida. Lacan faz dele o modelo do ato. Ele pensa o ato não a partir da alocação ótima de recursos, mas a partir do suicídio, e o toma como paradigma do ato propriamente dito. Digo o suicídio, e não acrescento psicótico, perverso, neurótico, heroico... Não há razão para interromper, há suicídios heroicos também, não é? Aqui, isto não importa.

No ponto em que estou, basta indicar que há algo no sujeito susceptível de não trabalhar por seu bem; susceptível de não trabalhar pelo útil, mas que, pelo contrário, trabalha para a destruição.

Todo ato verdadeiro, no sentido de Lacan, é assim, digamos, um "suicídio do sujeito". Podemos colocar entre aspas para indicar que ele pode renascer disso, mas renasce diferente. É isto que constitui propriamente um ato: o sujeito não é mais o mesmo antes e depois. É o que justifica o termo "mutação", e aqui o levo ao extremo, até o termo "suicídio". Talvez isto se acomode melhor em suas orelhas se eu disser que todo ato verdadeiro, todo ato que não é só agitação, movimento, descarga motora... Todo ato verdadeiro, todo ato que marca, que conta, é transgressão.

Se quisermos, todo ato verdadeiro é delinquente, observamos isso na história, pois não há ato verdadeiro que não comporte uma ultrapassagem, ultrapassagem de quê? De um código, de uma lei, de um conjunto simbólico que ele infringe, e é a infração que permite que esse ato tenha a oportunidade de remanejar essa codificação.

A ideia de que todo ato verdadeiro é de fato um suicídio do sujeito, é uma concepção que certamente pode parecer exagerada, mas é preciso ver que ela está em conformidade com Freud. Pelo menos, na medida em que essa

concepção combina com a noção de pulsão de morte. E o ato suicida, certamente, ilustra a disjunção total que pode operar: do organismo, dos interesses pelo vivo e pela sobrevivência, por seu bem-estar, por sua homeostase de um lado, e de outra coisa que o habita, que o corrói, e nesse momento o destrói.

É dizer que o bem-estar, o suicídio está no ponto paradoxal disso - seja ele patológico ou heroico. O bem-estar, o prazer, o proveito do vivo, pelo menos a manutenção de sua existência, não se sustenta necessariamente em relação a um valor, este absoluto, e é por isso que o ato suicida alcança em curto-circuito essa zona central e ao mesmo tempo exclui do mundo subjetivo ao qual Lacan deu o nome de gozo.

O gozo é um conceito necessário, pelo menos para ordenar o que Freud nos traz: que o sintoma, aquele que, como terapeutas, queremos curar, o sujeito se sustenta nele - neste caso, ele o ama como a si mesmo -, é o que dizia Freud sobre o delírio para o delirante.

Ele se sustenta em seu sintoma que, no entanto, lhe faz mal. É o que justifica que se deva introduzir um conceito distinto, de um gozo que não pode ser confundido com o prazer, e que deve ser aliado à dor, pois o sintoma faz mal, uma satisfação da dor que, nessa situação, coloca o organismo em perigo. A tal ponto que, precisamente, quando esse gozo se autonomiza, é até a morte.

Nessa perspectiva, o heroísmo, que é uma sublimação - é o que dizia Lacan - não exclui a vontade de gozo. Pelo contrário, manifesta-a, quer dizer, que se possa, para isso, sacrificar até a vida. É o triunfo da pulsão de morte, se quisermos, a afirmação desesperada do gozo.

Já sabemos em que devemos distinguir o ato da ação, da agitação. Lacan chama de ato o que visa o cerne do ser: o gozo. É o suicídio, pode ser o crime - por que não chamar assim? Hoje mesmo, falando de assassinatos imotivados,

colocava-se isso em função também, o alcance em relação ao gozo suposto nocivo do Outro, que está no princípio, nas raízes inconscientes do racismo.

Então, o termo "passagem ao ato" parece, nessa perspectiva, perfeitamente adequado. Ele destaca que se abandonam os equívocos do pensamento, da fala e da linguagem pelo ato. No ato, se o pensamos a partir da passagem ao ato, o sujeito se subtrai, digamos, aos equívocos da fala como a toda dialética do reconhecimento; ele coloca o Outro em um impasse, e é por aí que o propósito do ato propriamente dito não é cifrável. Pelo contrário, ele é exterior ao universo de suputações, imputações, computações, equivalências e trocas; ele visa o definitivo e, digamos, no cerne de todo ato, é a passagem ao ato que encontramos como paradigma. No cerne de todo ato há um "Não!" proferido em direção ao Outro.

Isto exigiria, claro, que se diferenciasse seriamente a passagem ao ato do *acting out*, que se passa sempre em uma cena.

Pode-se falar legitimamente de *acting out* na relação analítica, por exemplo, mas também em qualquer relação controlada, de comunicação terapêutica, é possível falar de *acting out* quando há uma cena que é a fala, e o sujeito se põe a agir diante do Outro nessa cena. É preciso o Outro, é preciso o espectador.

Na passagem ao ato, pelo contrário, não há mais espectador. Há o desaparecimento dessa cena e digamos que o sujeito está eventualmente morto. É ele, morto, quem olha os outros e lhes dirige sua questão, e lhes faz sentir o porquê de seu olhar.

Para resumir, é nisto que o ato é sempre "auto". Um ato de autopunição, foi por aí que Lacan começou sua carreira de psiquiatra: pela autopunição. O ato é sempre auto, quer dizer, ele é precisamente o que separa do Outro.

Na experiência analítica, o ato é um ato falho

Digamos que é assim que Lacan concebe o ato analítico. Quando ele diz que o analista só se autoriza por si, isto tem a mesma estrutura que o suicídio. É em relação a isso que Lacan pôde formular que o único ato que pode ser considerado bem-sucedido é o suicídio, sob o preço de não querer mais saber nada sobre nada, quer dizer, de separar-se efetivamente do que eu chamava de equívocos da fala como da dialética do reconhecimento. E nisto, é preciso dizer, ele se opõe à psicanálise, que é uma passagem ao ato falho⁵. O estatuto do ato na experiência analítica, o estatuto eminente do ato, é o ato falho e não o ato bem-sucedido.

O que é o ato falho, senão o pensamento inconsciente que emerge no pensamento consciente, na fala, no corpo, e desloca o ato, faz com que diga outra coisa? É por esse aspecto que o suicídio, pelo contrário, é o ato limite. Por isso, parece que, para se orientar nesse assunto do ato, é preciso inicialmente situar a antinomia entre o pensamento e o ato, e até mesmo entre o inconsciente e o ato.

A essência do pensamento, quando tomado a partir do inconsciente, é a dúvida. É o que diz Freud: a partir do momento em que há o recalque, só se pensa no elemento do "eu não sei". E, no âmbito do pensamento, o sujeito está fundamentalmente na indeterminação. Isto se vê em seus sonhos: neles, ele não sabe onde está.

Se a essência do pensamento é a dúvida, a obsessão está aí para encarná-la aos nossos olhos. A essência do ato, pelo contrário, é a certeza. Por exemplo, na experiência analítica, é preciso a interpretação do analista como ato para obter uma determinação. E, por menos prolixa que seja, essa interpretação complementa, é a única a tornar a experiência possível.

Nessa perspectiva, a antinomia entre o pensamento e o ato não deve nos impedir de apreender as conexões entre o

ato e a linguagem. Se apresentei, aqui, o ato como sendo mudo, como ocorre nesse paradigma horrível, o suicídio, no entanto o ato obtém da linguagem as suas coordenadas. Um ato que o é de fato, não é, portanto, agitação, reflexo, descarga motora; um ato é sempre uma passagem, sempre um franqueamento.

É no que o fato de colocar um pé à frente do outro difere de ultrapassar uma soleira. Formalmente, não há diferença entre avançar com a ajuda de suas pernas e em seguida ultrapassar uma soleira, o limiar de um edifício, a entrada do Rubicon⁶, por exemplo.

Além disso, vi o Rubicon uma vez. Asseguro-lhes que procurei ir vê-lo porque ouvia falar dele havia muito tempo. Inclusive é anunciado, quando se chega à região, por pequenos cafés italianos, que isto se chama *alea jacta est* etc., etc... Anuncia-se isso por um mundo de significantes, e depois vocês esperam ver o Rubicon como o Niágara, e em seguida vocês têm que se inclinar e só veem um mísero filete de água!

E isto não por que se tratava de um lugar fisicamente difícil de atingir, como os Alpes para Hannibal, que o ato de César marcou a novidade no mundo, mas pura e simplesmente porque era o limite autorizado para a passagem das armadas externas à Itália, o limite a partir do qual se estava em infração. E, nessa perspectiva, como eu dizia, só existe ato no franqueamento de um limite significativo.

E é nisto que o ato que apresentei como sendo mudo só adquire seu valor e suas coordenadas em um universo de linguagem. Foi preciso que houvesse aquela lei romana para que César cometesse o ato, para que fosse um ato o que ele fazia, e não apenas pular sobre um mísero corregozinho. Parece que no inverno o Rubicon tem um pouco mais de força, mas enfim, isso não vai tão longe.

No fundo, é o que justifica a definição de Lacan, de que o ato tem sempre o lugar de um dizer. Isto quer dizer

que não basta um fazer para que haja um ato; não basta que haja movimento, ação, é preciso que haja também um dizer que enquadre e fixe esse ato. Evidentemente, alguém pode se fascinar também com os momentos em que, como diz o outro, "dizer é fazer", vocês sabem o interesse que certas filosofias analíticas, linguísticas, tiveram pelos performativos⁷, pelo fato de que basta dizer "eu prometo" para que a promessa aconteça. Neste caso, temos uma confusão completa entre dizer e fazer, é o sonho de uma absorção completa do ato pelo significante.

Mas aqui o que reteremos é que, para que haja ato, é preciso que o sujeito nele seja modificado por esse franqueamento significante. Digamos que é preciso uma escansão significante, uma sanção significante e, ao mesmo tempo - por isso o suicídio é seu paradigma -, o ato é, como tal, indiferente ao seu futuro, ele é fora de sentido, indiferente ao que virá depois. No fundo, um ato é sem depois, ele é em si.

O que vem depois, já é outro que o cumpre: César aquém e além do Rubicon, não se trata do mesmo César.

Acerca disso, há, portanto, um desaparecimento do depois, pois em seguida, ele renasce outro. Digamos que o ato, quando há um, o que infelizmente é raro, o ato é recuperado pela significação a posteriori.

Quando há realmente um ato que conta, fazemos dele uma epopeia. E, se quisermos, a epopeia é sempre a derrisão do ato. Foi o que os ingleses viram no que denominaram obras heroico-cômicas, que efetivamente faziam valer, ainda na epopeia, seu caráter de zombaria.

Vocês encontrarão isto em uma obra que acaba de ser publicada, a *História da psicanálise* de Roudinesco⁸. É a epopeia de Lacan, sua história da psicanálise. E é preciso dizer que essa história de Lacan é também uma zombaria. O que mais isto poderia ser, já que ela só obtém sua história da psicanálise a partir da história, e é preciso dizer,

miserável, de suas instituições; ela apreende a psicanálise a partir de seu próprio fascínio pelo poder.

Partindo desse ponto de vista, a história da psicanálise é realmente bizarra e cômica⁹, não é? Se vemos a psicanálise a partir do ponto de vista do significante mestre, há realmente um irresistível efeito de derrisão. A tal ponto que, para dizer que a partir de 1967 muitas pessoas fizeram o ato de entrar em análise, isto é, de deitar-se no divã, Roudinesco fala de: "recrutamento em massa da juventude psicanalítica francesa"! De todo modo, para qualificar o ato, é preciso dizer que está na zombaria!

No fundo, essa epopeia que cerca o que foi o ato de Lacan... Percebemos que o sucesso que coroou esse ato, um sucesso ao mesmo tempo camuflado, o desejo que o sustentava nisto não era, de modo algum, desejo de poder - se só tivermos isso, teremos outra coisa a fazer além da psicanálise. Esse aspecto falho, nesse assunto, é bastante aparente, e é o segredo do sucesso de Lacan, do sucesso de seu ato: que ele geralmente falhou a envolver os psicanalistas internacionais na sua via. Mas, mesmo dizendo isso, percebemos que Lacan nunca tomou a iniciativa. Seu ato de afirmação, seu ato de autonomia da psicanálise em relação aos internacionais, esse ato, ele jamais o fez, o que o reduziu à sua dejeção. De fato, foi em posição de rejeição, quando precisamente ele era rejeitado pelo Outro, que ele encontrou nessa posição de "passar ao ato", que pôde elaborar alguns dos pontos mais preciosos de seu ensino e, por meio dele, revelar o que é, de certa forma, o verdadeiro Lacan.

Perguntas

François Leguil: Vocês mostraram a profunda dificuldade de impedir um ato que tão frequentemente não conseguimos prever. As grandes sínteses da clínica clássica

não se preocuparam em descrever e reunir breves "séries" de signos que permitissem uma relativa "prevenção". Mas os clínicos - os psiquiatras especialmente, que são bastante convocados nessa conjuntura arriscada - admitem que o aspecto estritamente indispensável da elaboração desses saberes não lhes impede de permanecer incertos. De que modo a prática da psicanálise pode contribuir para enfrentar essa limitação quase estrutural de nossos conhecimentos?

J.-A. Miller: Não estou certo de que a questão de impedir se coloca praticamente. Para impedir, é preciso saber com o que estamos lidando. Por exemplo: pode ser útil a esse fim distinguir radicalmente, o que fazemos com frequência, o suicídio bem sucedido e o suicídio falho, e considerar que mesmo assim há suicídios e suicídios.

Há, ainda assim, o suicídio *acting out*, que é apelo ao Outro e que, digamos, salvo imperícia, é falho; e o suicídio que é separação do Outro. Há aí uma orientação que é preciso levar em conta para avaliar o anúncio do suicídio, e, na ocasião, adivinhá-lo, antecipá-lo precisamente no ponto em que desaparece certo tipo de anúncio. É o que fazemos mais comumente na prática, que se trata, talvez, de estabelecer. Trata-se, igualmente, de reconhecer o suicídio a prevenir quando ele se anuncia como solução da dúvida, ali onde, no entanto, ele não está de modo algum em primeiro plano.

Nessa ocasião, é uma lição - por que não? - de humildade como terapeuta reconhecer que não podemos impedi-lo. Já vi, e talvez vocês também, Lacan em *Sainte-Anne*, em certas apresentações de pacientes, considerar que acabariam encontrando seu destino de desaparecimento. Evidentemente, isto enchia o público de sentimentos incômodos, mas creio que D. Cremniter praticamente disse isso também, a criança não desejada pode sentir uma vocação para o desaparecimento, diante do que os psiquiatras ou o analista são impotentes em obter qualquer efeito que seja. Respondo rapidamente. O

que eu talvez devesse abordar é evidentemente a problemática do impedimento.

Tradução: Teresinha Natal Meirelles do Prado

¹ Texto publicado originalmente em francês: MILLER, J.-A. (avril, 2006). "Jacques Lacan: remarques sur son concept de passage à l'acte. In : *Mental*, n. 17, p. 17-28. Texto publicado em português na revista *Entrevários - Revista de psicanálise e saúde mental*, n. 4. São Paulo: Clin-a, p. 9-18, em abril de 2009.

² Intervenção na Jornada de Bonneval em 04 de outubro de 1986. Texto estabelecido por François Sauvagnat, publicado inicialmente em *Actualités psychiatriques*, n. 1, em janeiro de 1988. Nesta edição ele foi revisto e publicado com a amável autorização de J.-A. Miller.

³ LACAN, J. (2003[1967-1968]). "O ato psicanalítico". In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 371-382.

⁴ IDEM. (1988[1959-1960]). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

⁵ N.T.: Em francês, tanto passagem (*passage*) como ato (*acte*) são substantivos masculinos, o que confere à expressão *passage à l'acte manqué* uma ambiguidade: uma passagem ao ato que não se cumpre (uma 'passagem ao ato' que falha), ou uma passagem ao ato que se cumpre, com a condição de que esse ato seja um ato falho (neste caso, uma passagem ao 'ato falho').

⁶ N.T.: Cf. LACAN, J. ([1967-1968]). "O ato analítico". Seminário inédito, aula de 10/01/1968.

⁷ N.T.: Importante notar aqui que performativo não tem nada a ver com performance. Trata-se de um conceito inventado por um filósofo da linguagem: J.L. Austin, que conseguiu, através do estudo da linguagem ordinária, colocar em questão uma série de perspectivas tradicionalmente estabelecidas, como a distinção entre verdadeiro e falso, entre filosofia e linguística, ato e fala, sujeito e objeto, corpo e linguagem. Ver OTONI, P. (1998). *Visão performativa da linguagem*. Campinas: Ed. da Unicamp.

⁸ ROUDINESCO, E. (1991). *História da psicanálise na França - a batalha dos cem anos*, vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

⁹ N.T.: Do francês croquignolesque.